

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 729.904 - MS (2015/0145909-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : LUIZ BEREZA
ADVOGADOS : SEBASTIÃO PAULO JOSÉ MIRANDA - MS004265
GLEYSOM RAMOS ZORRON E OUTRO(S) - MS013183
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : ALFREDO DE SOUZA BRILTES E OUTRO(S) - MS005480

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto por **LUIZ BEREZA**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 137/138, e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 106 e , e-STJ):

AGRAVO LEGAL - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CONTRATO DE CRÉDITO CONSIGNADO - AVERBAÇÃO JUNTO AO EMPREGADOR - CADASTRO DO EMPRÉSTIMO JUNTO AO SIAPE - NÃO CONFIGURADA A HIPÓTESE DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO - AGRAVO LEGAL IMPROVIDO.

1. agravante celebrou com a CEF contrato de mútuo que previa, como condição para os descontos das parcelas em folha, a averbação do empréstimo junto ao órgão ao qual o devedor é vinculado.
2. falta de averbação não retira a exeqüibilidade do título, pois tal obrigação atribuída à agravada constitui tão somente obrigação acessória.
3. falta de cadastro do empréstimo junto ao SIAPE-Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos não compromete a exeqüibilidade do título.
4. ao invocar a aplicação da exceptio non adimpleti contractus o executado revela nítida tentativa de não cumprir a sua obrigação.
5. Agravo Legal improvido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 116/122, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre objeção de não executividade visando desconstituir o título executivo extrajudicial. O Juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido. O Tribunal *a quo* negou provimento ao reclamo.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 4º, da Lei 10.820/03, 6º, III, 43 e 47, do CDC, 459, parágrafo único e 464, da CLT, e 620, do CPC/73. Sustenta, em síntese, que o título executivo extrajudicial deve ser desconstituído, pois não houve notificação prévia acerca da forma de pagamento, de maneira a incidir a exceção do contrato não cumprido.

Sem contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob o argumento de incidir a súmula 211/STJ.

Daí o presente agravo (fls. 140/145, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o recorrente busca refutar o óbice aplicado pela Corte estadual.

Sem contraminuta (fl. 147, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 1973 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. No caso concreto, o Tribunal local, após análise do acervo fático-probatório, bem como das cláusulas contratuais, afastou a tese da exceção do contrato não cumprido. Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado (fls. 104/105, e-STJ):

"[...] Ainda que assim não fosse e, mesmo que se atribua caráter sui generis à contratação em si, o que se observa é que **a falta de averbação das prestações do empréstimo na folha de pagamento junto ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE não tem o condão de retirar a exigibilidade do título executivo.** [...] A adoção do entendimento defendido pelo mutuário beira o absurdo, afasta-se da boa-fé que deve nortear as relações jurídicas, pois **ao invocar a aplicação da exceptio non adimpleti contractus revela nítida tentativa de não cumprir a sua obrigação.** Outrossim, ainda que se reduza a análise ao disposto estritamente no contrato, ao contrário do que alega o agravante, não havia necessidade de ser notificado de que a averbação não teria se concretizado antes do vencimento e que o pagamento ocorreria de forma diversa do contratado anteriormente, **na medida que a cláusula décima primeira, curiosamente, a única a ser vista com ressalvas na ótica do recorrente, determina que "No caso de a conveniente/'empregador não averbar em folha de pagamento o valor de qualquer prestação devida, prevista neste contrato, o (a) DEVEDOR (A) compromete-se a efetuar o pagamento da parcela não averbada, no vencimento da prestação". [...]**".

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, bem como de cláusulas contratuais, incidindo, na espécie, os óbices das Súmulas n. 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. O Tribunal local decidiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, no sentido de que só se declara a nulidade de atos processuais caso verificada a ocorrência de efetivo prejuízo a uma das partes. Incidência da Súmula 83 do STJ. 1.1. Para aferir a

ocorrência de cerceamento de defesa e a existência de prejuízo, como pretende a agravante, seria necessário a incursão no acervo fático-probatório dos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ. Precedentes.

2. Alterar as premissas adotadas pelo decisum atacado, no tocante à alegada exceção do contrato não cumprido, demandaria a interpretação das cláusulas contratuais e a rediscussão da matéria fático-probatória, providência inviável em sede de recurso especial, ante o disposto nas Súmulas 5 e 7 desta Corte.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgRg no AREsp 548.003/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. **EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE VÍCIO. REEXAME DE CONTRATO E CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. ENTENDIMENTO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.**

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. A modificação das conclusões do acórdão recorrido - fundadas na prova pericial e no contexto probatório dos autos -, a fim de se reconhecer a incidência da exceção de contrato não cumprido, demandaria o reexame de matéria de fato.

4. Inadmissível recurso especial quando o entendimento adotado pelo Tribunal de origem coincide com a jurisprudência do STJ (Súmula n. 83/STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 691.511/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 15/12/2017)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. RESCISÃO. CULPA CONCORRENTE. **MULTA CONTRATUAL. INEXIGIBILIDADE. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. ART. 535, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535, II, do CPC, pois embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. A análise das razões recursais e a reforma do aresto hostilizado,

demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. A parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 394.808/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/11/2015, DJe 09/11/2015)

3. Com efeito, o conteúdo normativo dos dispositivos legais 6º, III, 43 e 47, do CDC, 459, parágrafo único e 464, da CLT e 620, do CPC/73, tidos por violados não foi objeto de exame pela instância ordinária, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração opostos pelo ora recorrente. Ademais, nas razões do especial deixou o insurgente de apontar eventual violação do artigo 535 do CPC, razão pela qual incide, na espécie, a Súmula 211 desta Corte, de seguinte teor: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"*.

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator